

## DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO

### (ELEGIBILIDADE DO BENEFICIÁRIO)

(Artº 4.º, artigo 14.º e artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023 de 22 de março)

1 - José Noronha Rodrigues, portador do documento de identificação n.º 10158087 8 ZX1 residente em Rua da Cruz nº55, 2º Esq., 9500-051 São José, Ponta Delgada, na qualidade de representante legal da Fundação Gaspar Frutuoso, FP com o número de identificação fiscal 512 058 407, sita em Campus Universitário de Ponta Delgada, Edifício das Ciências Exatas, Rua da Mãe de Deus 9500-321, candidato no âmbito do Aviso **ACORES2030-2024-12** declara sob compromisso de honra, que cumpre os seguintes critérios de elegibilidade:

- a) Respeita as disposições aplicáveis da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, e os princípios de igualdade de género e não discriminação e acessibilidade para pessoas com deficiência referidos nos n.ºs 1 a 3 do artigo 9.º do Regulamento (UE) n.º 2021/1060, do Parlamento e do Conselho, de 24 de junho de 2021;
- b) Adota mecanismos que garantam uma efetiva aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, criando as necessárias condições para a comunicação dos casos de não conformidade e de eventuais queixas relativas ao incumprimento das referidas disposições;
- c) Contribuir para o desenvolvimento sustentável, enquanto objetivo fundamental e abrangente da União Europeia, que tem por finalidade melhorar de forma contínua a qualidade de vida e o bem-estar das gerações atuais e futuras, conjugando o desenvolvimento económico com a defesa do ambiente e da justiça social;
- d) Contribuir para preservar, proteger e melhorar a qualidade do ambiente, tal como previsto no artigo 11.º e no n.º 1 do artigo 191.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, tendo em conta o princípio do poluidor-pagador e o princípio «não prejudicar significativamente» (DNSH- “Do No Significant Harm”), não apoiando ou realizando atividades que causem danos significativos a qualquer objetivo ambiental na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de junho de 2020;
- e) Encontra-se legalmente habilitado a desenvolver a respetiva atividade;
- f) Dispõe ou pode assegurar recursos humanos próprios, bem como os meios técnicos e materiais necessários à execução da operação;
- g) Apresenta uma situação económico-financeira equilibrada e demonstrar ter capacidade de financiamento da operação, nos termos definidos na regulamentação específica ou no aviso para apresentação de candidaturas;
- h) Não se encontra impedido ou condicionado no acesso a apoios nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 20-A/2023 de 22 de março;
- i) Não tem pendente processo de injunção de recuperação de auxílios ilegais, nos termos da regulamentação europeia;
- j) Não se encontra em processo de insolvência;
- k) Tem um sistema de contabilidade organizada ou simplificada, de acordo com o legalmente exigido;
- l) Adota comportamentos que respeitem os princípios da transparência, da concorrência e da boa gestão dos dinheiros públicos, de modo a prevenir situações suscetíveis de configurar conflito de interesses, designadamente nas relações estabelecidas entre a entidade beneficiária e os seus fornecedores ou prestadores de serviços.

\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_